

6

PLANO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: Planejamento e Permanência

027.7.001.14

G-216p

1991

OK-16

OK/02

OK/09

U. F. M. G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



395949211

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

4581
012
03

OK/13

OK/06

OK/30

Garcia, Maria Lucia Andrade

Plano nacional de bibliotecas
universitarias : planejamento
e permanencia

027.7.001.14/G216p/1991

UFMG - BIBLIOTECA UNIVERSITARIA

Garcia, Maria Lucia Andrade

Maria Lúci

Nov

Plano nacional de bibliotecas
universitarias : planejamento
e permanencia

027.7.001.14/G216p/1991

(395949211/92)

180 x 200

Sumário

O trabalho, financiado pela FINEP, refere-se a uma avaliação geral do PNBU enquanto *modelo de planejamento*, destacando-se os seus aspectos mais relevantes. Sua apresentação no VII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) tem como objetivo colocar em discussão a necessidade de prosseguir o planejamento governamental junto às bibliotecas universitárias do país.

A avaliação baseou-se em extensa análise documental, em entrevistas e observações realizadas nas seguintes entidades: SENESU, CNPq, SCT, IBICT, UnB, UFRJ, PUC/RJ, FGV, UFMG, UNICAMP, EFEI, UFMS, UFPR, CEFET/PR, USC, UFRGS, UFBA, UFPB, UFPE, UFC, UFPA, FCA, UFAM, PUCCAMP, UFSC e USP. Entrevistas, observações e coleta de documentos locais contrabalaçaram a massa de informações e dados colhidos a distância e reunidos na documentação arquivada pelo programa, permitindo que a avaliação incluísse os pontos de vista do planejador e da clientela.

Antecedentes

As atividades de planejamento enquanto expressão de políticas públicas, decididas por instâncias governamentais, resultam em diferentes tipos de planos e programas, no que se refere à abrangência, à forma de alocação dos recursos, à amplitude dos mecanismos de controle e à participação dos destinatários ou da clientela alvo na definição dos problemas e/ou das metas e na determinação ou escolha das soluções e das ações.

Sabe-se também, e cada vez mais a experiência recente nos mostra, que, na área social, a margem de incerteza do conhecimento e, por conseguinte, da imaginação antecipadora são maiores, porque dependem de condições e de vontades humanas que não se revelam completamente e de uma vez, mas no decorrer do próprio processo. Há que se proceder antes e durante o processo de planejamento à perquirição mais aprofundada das condições e tendências sócio-culturais e econômicas, de modo a assegurar a viabilidade dos programas e projetos.

Diversas são as denominações para a caracterização dos estilos ou modelos de planejamento: nacional, setorial, regional, institucional, tópico. Planejamento centralizado, descentralizado, autocrático, democrático, participativo, planejamento estratégico, sistêmico, indicativo, planejamento a curto, médio e longo prazo, etc.

O estilo ou modelo de planejamento adotado nos diferentes momentos do processo, do diagnóstico à concepção, passando pela implementação e a avaliação, tem a ver com a condição em que a racionalidade foi assumida. Se de forma mítica, fundada em expectativas de "transformação mágica", idealizadas e distanciadas da realidade, ou como a própria razão da transformação possível da realidade, significando com isso que uma expectativa ou uma demanda coletiva terá mais ou menos chance de encontrar seu caminho de realização ou satisfação.

O PNBu pode ser visto como uma resultante de movimentos e ações anteriores, partidas da comunidade profissional dos bibliotecários acadêmicos e de profissionais burocratas, incrustados em setores dinâmicos da administração pública federal e envolvidos em programas nacionais de desenvolvimento das universidades, dos cursos de pós-graduação, dos grupos e instituições de pesquisa e dos sistemas e serviços de informação científica e tecnológica.

A instituição do PNBu, em 1986, foi como que o fruto retardatário de uma intensa atuação do planejamento governamental, nas décadas de 70 e meados de 80, naqueles setores interligados pelo esforço comum de dotar o país de uma infra-estrutura de ensino superior, de pesquisa e de sistemas de informação qualificados.

As bibliotecas universitárias foram afetadas por todo esse contexto de mudança e expansão, iniciado para elas com a Reforma Universitária ainda em fins de 60, quando suas condições de funcionamento foram alteradas pelas mudanças estruturais das universidades. Tiveram, então, que encontrar seu lugar em sistemas mais amplos e diversificados, enfrentar maior complexização administrativa, novas demandas de acervos e serviços, novas expectativas de atuação profissional difundidas pelos setores "modernos" de referência como os cursos de pós-graduação e os sistemas e serviços de informações especializados. Acrescente-se a esse quadro, a partir da década de 80, a crise econômica que se abateu sobre o país, cujos reflexos maiores foram o processo inflacionário, o controle das importações e a diminuição dos orçamentos do setor público. As universidades passaram a conviver com restrições orçamentárias crescentes aliada à desvalorização acelerada da moeda e à burocracia das importações, que dificultaram enormemente a implantação, manutenção e desenvolvimento de seus laboratórios e bibliotecas.

As bibliotecas, consideradas atividades meios por grande parte das administrações universitárias, tiveram em alguns casos seus recursos reduzidos a níveis de estrita manutenção e pagamento de pessoal, com grave prejuízo para seus acervos, incluídas aí as coleções de revistas especializadas estrangeiras e serviços.

Reuniões de dirigentes de bibliotecas universitárias começaram a ser realizadas ainda na década de 60, na 3ª Jornada Riograndense de Biblioteconomia e Documentação¹⁴. Em 1973, por ocasião do Congresso de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Belém, o problema da biblioteca univer-

sitária foi colocado pela então dirigente dos serviços de bibliotecas da USP². Em decorrência disso, chegou-se a organizar uma Associação de Bibliotecas Universitárias (ABBU) que, por razões de política interna da Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários (FEBAB), não prosseguiu em seus objetivos de reunir dirigentes de bibliotecas universitárias para debater e reivindicar melhores condições de desenvolvimento para as bibliotecas universitárias no país.

O primeiro seminário específico voltado para a discussão dos problemas de administração das bibliotecas universitárias ocorreu em 1974, em Brasília⁴⁵. A partir de 1979 tiveram prosseguimento, de forma regular e a cada dois anos, os Seminários Nacionais de Bibliotecas Universitárias (SNBU). Tais reuniões propiciaram a evolução da consciência crítica da biblioteca universitária, confrontada com dificuldades crescentes, somadas às dificuldades anteriores relacionadas a condições históricas e culturais de institucionalização precária das atividades de informação e documentação nas universidades brasileiras.

Documento Básico: Concepção e Valores

O levantamento de todas as recomendações dos seminários, ao longo de uma década, efetuado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e apresentado no IV SNBU em Campinas, em 1985, deu origem ao documento base do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU)²⁵.

O documento, em sua introdução, justifica a necessidade do plano para garantir um padrão elevado de qualidade ao ensino superior, atribuindo ao MEC/SESu a responsabilidade de assegurar condições para a definição de padrões de organização e desenvolvimento de sistemas e serviços bibliográficos nas universidades, bem como dos meios de comunicação e de interligação dos sistemas e a determinação de diretrizes para aplicação de recursos humanos, bibliográficos, financeiros, tecnológicos, que garantissem a consolidação do Sistema Nacional de Bibliotecas Universitárias.

Essa proposição inicial de caráter geral expressa a orientação que se buscava através da atuação deliberada do poder público junto ao segmento das bibliotecas universitárias: a constituição de sistemas de informação e documentação interligados de bibliotecas, que reunidos constituiriam um sistema nacional.

O que se pretendia inicialmente era a transformação das bibliotecas em uma rede nacional de informação e documentação nas diferentes áreas do conhecimento, o que tecnologicamente à época já se afigurava como possível, porém sem viabilidade econômica e cultural. Os altos custos dos equipamentos de computação nacionais e das comunicações e a defasagem cultural dominante ao nível das mentalidades (administradores, bibliotecários e usuários), dificilmente, permitiriam que tal proposição ultrapassasse o discurso.

Porém, o valor *informação*, que deveria presidir a atualização e a transformação das bibliotecas universitárias no país, encontrou sua primeira expressão oficial. Tratava-se de conceito já difundido a nível profissional, mas que ainda não estava presente na consciência e na prática da sociedade brasileira, representada por suas lideranças econômicas, políticas e educacionais. Hoje esse conceito já começa a penetrar o discurso governamental^{43,44} e empresarial, associado às exigências de atualização tecnológica e de produtividade da empresa nacional, desafiada à competitividade por novas condições de mercado.

Os valores de participação e autonomia expressos na introdução do plano referem-se à prática do espírito democrático, reconquistado à época com a redemocratização do país e o respeito à liberdade no que se refere à autonomia das instituições e à opinião das pessoas.

O princípio de respeito à autonomia das universidades e às características de suas bibliotecas é afirmado como fundamental. A participação da comunidade na proposição do plano é apresentada não só como resultado do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) ao longo de sua existência, como das contribuições de especialistas da área, representantes de bibliotecas centrais das diferentes regiões do país, agências de C&T, usuários e dirigentes de quase todas as bibliotecas de instituições de nível superior do país.

Os alvos de atuação do PNBUS focalizaram 6 áreas problemas ou de desenvolvimento, reunindo 12 diretrizes desdobradas em 46 ações como está resumido no quadro I:

QUADRO I

Áreas de Desenvolvimento/Diretrizes/Ações estabelecidas pelo PNBu - 1986

ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO	DIRETRIZES	AÇÕES
PLANEJAMENTO Organizacional, Financeiro, Recursos Humanos e Físicos	I - Estabelecer e/ou fortalecer estrutura de sistema de biblioteca e documentação nas universidades.	<ol style="list-style-type: none"> 1. instituir junto ao MEC/SESU órgão central que coordene a formulação de políticas e programas para as bibliotecas universitárias; 2. estimular a criação e/ou fortalecimento do sistema de bibliotecas e documentação nas universidades, com órgão central coordenador a nível institucional e representativo a nível nacional.
	II - Estimular definição de padrões de desempenho da biblioteca universitária adequados à realidade brasileira.	<ol style="list-style-type: none"> 1. definir dados estatísticos mínimos para coleta pelas bibliotecas universitárias; 2. operacionalizar mecanismo de coleta de dados estatísticos para planejamento e avaliação das operações administrativas, financeiras, técnicas e de prestação de serviços; 3. realizar estudos dos serviços que não necessitam de coleta contínua e rotineira, de modo a não sobrecarregar o sistema estatístico da biblioteca; 4. estabelecer padrões mínimos necessários e adequados ao funcionamento eficiente das bibliotecas universitárias.
	III - Dotar as bibliotecas universitárias de recursos financeiros adequados à prestação de serviços de informação.	<ol style="list-style-type: none"> 1. definir as bibliotecas universitárias como centros de custo orçamentário da Universidade; 2. estabelecer percentual mínimo do orçamento da Universidade para aplicação no sistema de bibliotecas; 3. definir critérios para elaboração de orçamentos de bibliotecas universitárias; 4. criar condições institucionais para gerenciamento pela Biblioteca Central, ou setorial, da dotação orçamentária e de recursos financeiros externos; 5. estabelecer tetos orçamentários para dispêndio de dívidas estrangeiras na aquisição de materiais documentais; 6. propor cotas de importação compatíveis com tetos pretendidos; 7. criar mecanismos para captação de recursos externos.
	IV - Dotar as instituições universitárias de condições para formação e qualificação adequada de recursos humanos para as bibliotecas.	<ol style="list-style-type: none"> 1. proporcionar aperfeiçoamento contínuo do pessoal profissional e de apoio, através de cursos de pós-graduação, reciclagem e treinamento, eventos nas áreas de informação e conhecimento, programas de cooperação técnica, estágios, etc; 2. estabelecer padrões mínimos para composição do quadro funcional (profissional e de apoio); 3. determinar critérios específicos de seleção de pessoal profissional e de apoio; 4. estudar reestruturação da carreira em níveis escalonados, de forma a permitir progressão funcional de pessoas, concessão de vantagens salariais ao pessoal profissional, ocasionados por obtenção de título pós-graduado, produção científica, experiência profissional acumulada, etc; 5. promover estudos para criação de curso de especialização específicos aos técnicos das bibliotecas universitárias; 6. desenvolver programa de estudos, visando à otimização e harmonização de técnicas e procedimentos bibliotecários; 7. estabelecer programa de cooperação técnica voltado para o desenvolvimento do Sistema.
	V - Dotar as bibliotecas universitárias de estruturação física adequada.	<ol style="list-style-type: none"> 1. estabelecer critérios para construção, reestruturação e modernização de bibliotecas universitárias.

Continuação do QUADRO I

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	VI - Favorecer formulação de políticas institucionais de formação, desenvolvimento e conservação de coleções de materiais informacionais.	<ol style="list-style-type: none"> 1. elaborar instrumentos básicos para formação e desenvolvimento de coleções, prevendo critérios para descarte; 2. definir diretrizes para orientação das bibliotecas universitárias na estruturação dos processos de seleção e aquisição; 3. elaborar instrumentos para avaliação do uso das coleções; 4. desenvolver programas de fomento no âmbito do MEC, de maneira a apoiar as IES na formação e desenvolvimento de seus acervos.
	VI - Estimular o estabelecimento de programas de aquisição cooperativa e planejada.	<ol style="list-style-type: none"> 1. estabelecer catálogo central do acervo das bibliotecas e centros de documentação a nível institucional; 2. promover atualização e desenvolvimento da lista de periódicos resultante do Projeto CAPES/FINEP; 3. definir e implantar política de aquisição cooperativa e planejada de periódicos para as bibliotecas universitárias; 4. elaborar bibliografias mínimas, por cursos; 5. definir política para armazenagem, controle e divulgação de teses e demais documentos.
PROCESSAMENTO TÉCNICO DOS DOCUMENTOS	VIII. Assegurar adoção de padrões, normas e metodologias para tratamento dos documentos.	<ol style="list-style-type: none"> 1. definir normas, padrões e metodologias compatíveis, principalmente, de catalogação bibliográfica e cabeçalhos de assuntos padronizados; 2. estimular as unidades isoladas de ensino superior a compatibilizarem seus procedimentos técnicos, possibilitando integração a programas cooperativos;
AUTOMAÇÃO DE BIBLIOTECAS	IX - Estimular automação dos procedimentos técnicos e administrativos das bibliotecas universitárias.	<ol style="list-style-type: none"> 1. desenvolver rede de intercâmbio de dados bibliográficos para viabilizar serviços de catalogação, empréstimo, comutação bibliográfica, etc; 2. manter centro referencial de informação sobre automação de bibliotecas; 3. estimular desenvolvimento de <i>softwares</i> integrados para automação; 4. apoiar adoção do formato de intercâmbio CALCO.
USUÁRIOS E SERVIÇOS	X - Assegurar o desenvolvimento e divulgação de métodos e técnicas para levantamento das necessidades de informação das instituições universitárias e de seus usuários	<ol style="list-style-type: none"> 1. divulgar metodologias testadas de levantamento de necessidade de informação e estudo de usuários das bibliotecas universitárias; 2. desenvolver programas de educação de usuários; 3. oferecer regularmente programas de capacitação em metodologia da pesquisa documentária.
	XI - Assegurar o planejamento e oferecimento dos serviços de informação de acordo com os diversos segmentos de usuários.	<p><i>Intermediação de serviços</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. promover treinamento sobre "fontes de informação"; 2. estabelecer acordos com produtores e intermediários dos serviços de informação disponíveis; 3. divulgar produtos e serviços das bibliotecas universitárias. <p><i>Geração de serviços</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. planejar e oferecer serviços a partir do acervo de documentos primários de secundários; 2. assegurar acesso à documentação primária através do COMUT.
ATIVIDADES COOPERATIVAS	XII - Estimular a participação de bibliotecas universitárias em atividades cooperativas.	<ol style="list-style-type: none"> 1. integrar cada biblioteca universitária em programas cooperativos, tais como: aquisição cooperativa e planejada, catálogo coletivo de periódicos, catalogação cooperativa, sistemas especializados, COMUT; 2. criar veículo comum de divulgação das atividades das bibliotecas universitárias.

A implementação do PNBu teve início com a portaria nº 288, de 24/04/86, do Ministério da Educação, que criou a nível da Secretaria de Ensino Superior (SESu), o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, com os seguintes objetivos:

- a) harmonizar e estimular as atividades desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior nas áreas de informação e documentação, otimizando a prestação de serviços aos usuários;
- b) integrar ações dos órgãos e setores do MEC incumbidos de atividades ligadas às bibliotecas universitárias;
- c) assessorar o Ministro de Estado da Educação, através da SESu, em matéria referente às bibliotecas universitárias.

A estrutura do programa e o seu regimento interno foram instituídos através de portarias da SESu em 24/4/86 e 28/4/86. Posteriormente, também por portaria da SESu, o regimento foi modificado em 28/6/87.

Comunicação feita por Chastine⁶ no VI SNBU, em 1989, coloca bem os pressupostos que orientaram a concepção do plano, através das seguintes afirmações:

- a) a decisão com relação ao documento base do PNBu foi de fazer um documento de política para a área de bibliotecas universitárias, que se harmonizasse com a Ação Programada em ICT e com as políticas de C&T e de Pós-Graduação^{10,8};
- b) o documento procurou também atender à recomendação da UNESCO no sentido de incluir política e planejamento, ou seja, definição de diretrizes para o desenvolvimento da área e propostas de ação, capazes de implementar essas diretrizes nos moldes da Ação Programada de ICT;
- c) o planejamento do PNBu foi realizado pela própria comunidade atuante na área de bibliotecas das Instituições de Ensino Superior, bibliotecários e usuários, e por essa mesma comunidade ratificado.

A menção a contribuições e aprovações sucessivas às propostas do planejamento^{6,27,30}, por um número grande de representantes de instituições, por si só não assegura o caráter democrático de um

plano. Se não forem estabelecidos mecanismos mais permanentes e próximos de comunicação e de participação, as sugestões e opiniões não ultrapassam o "sufragismo". As condições reais e singulares de existência das bibliotecas e de seus profissionais e a extensão geográfica do país são limitações à democratização mais efetiva e permanente do planejamento de tipo nacional. A utilização de mecanismos de consulta à distância, reuniões-plenárias, e a utilização de meios de informação impressa, bem como das demais mídias, são importantes nas circunstâncias de massa em que ocorrem esses planejamentos, porém não induzem, tanto quanto esperam os planejadores, à iniciativa, ao compromisso e à participação verdadeiramente democrática, condição fundamental para a sustentação e o sucesso de qualquer planejamento.

O modelo adotado a partir da "Ação Programada"^{6,32} pode ser visualizado como expressão da "verticalização técnica", ou seja, as ações são organizadas do ponto de vista estritamente técnico. As propostas, mesmo os estudos e avaliações são de caráter "técnico". As ações são, por assim dizer, "autoritativas", ou seja, exclusivamente derivadas da competência técnica ou da autoridade do especialista. Prescindem da explicitação de pré-condições a partir das quais poderão ser viabilizadas nas bibliotecas. A viabilização não é uma questão apenas política, isto é, de liderança e articulação, como estabelece esse tipo de planejamento. Nesse sentido, o "autoritativo" resvala para o "autoritário" com a conseqüente mitificação da atividade de planejamento. Algumas das dificuldades observadas com relação ao Programa de Aquisição Planificada de Periódicos (PAP), à Central de Duplicatas ou Banco de Duplicatas de Publicações Especializadas (BDPE), à expansão da Rede de Catalogação Cooperativa (BIBLIODATA), podem ser atribuídas à não-consideração de pré-condições, sobretudo, as de natureza sócio-cultural e econômica, ou seja, as realidades às quais se aplicaram as soluções técnicas. Para lidar com esse problema há que se dispor de uma equipe permanente qualificada que possa realizar de modo rotineiro avaliações, prestar assistência especializada e efetuar acompanhamentos *in loco*, o que não foi o caso do PNBUS com suas condições precárias e instáveis de pessoal.

*Estrutura: Comitê Técnico Assessor, Grupos de Trabalho,
Consultores*

O programa se estruturou em termos de uma Secretaria Executiva e de um Comitê Técnico Assessor (CTA). A composição do CTA incluiu, além do Secretário de Ensino Superior e do Secretário Executivo do Programa, diretores de bibliotecas universitárias federais com representatividade regional, representante de bibliotecas de instituições de ensino superior federais isoladas, de escolas técnicas federais, representante de bibliotecas de universidades estaduais, de universidades particulares, diretores de órgãos do MEC como CAPES, CEDATE, INEP, representantes do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), da Biblioteca Nacional (BN), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e dois especialistas na área.

O CTA, segundo Chastinet⁶, assumiu "as atividades de planejamento, acompanhamento e avaliação do PNB, ficando a cargo da Secretaria Executiva a coordenação do Plano e a responsabilidade pela execução das atividades emanadas." A implementação de cada ação prevista no plano demandava "amplo planejamento" que era realizado em conjunto com especialistas, cujos resultados eram sempre ratificados pelo CTA.

Foram criados no âmbito do CTA diversos grupos de trabalho e assessoramento, denominados de sub-comitês, para as seguintes atividades de planejamento:

- a) Programa de Aquisição Planificada de Periódicos para Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior/PAP (que veio a ser formalizado através do Convênio MEC/CNPq/FINEP);
- b) Central de Catalogação Cooperativa (que resultou no apoio ao fortalecimento da rede BIBLIODATA);
- c) Curso de Especialização para Bibliotecários de Instituições de Ensino Superior (que resultou na definição do conteúdo programático e na coordenação dos CEBIES);
- d) Grupo de Trabalho para Estudo e Avaliação da Demanda de Periódicos do PAP (cujos resultados foram apresentados no VI SNBU);

e) Grupo de Trabalho para Divulgação da Produção Científica (reuniu-se uma só vez durante o VI SNBU);

f) Grupo de Trabalho para o Planejamento do Programa de Pesquisas, Estudos Técnicos e Desenvolvimento de Recursos Humanos (PET) (incorporou as atividades de capacitação de recursos humanos, determinou e priorizou estudos e pesquisas nas áreas de desenvolvimento das bibliotecas universitárias, com parte dos resultados divulgados no VI SNBU, e, posteriormente, publicados);

g) Grupo de Trabalho para o Planejamento da Rede Sul de Automação de Bibliotecas (cujas reuniões não prosseguiram em virtude da falta de pré-condições que viabilizassem o projeto).

Em 1989, formaram-se mais três "grupos de assessoramento" para implantação do PNBU: de serviços, de automação e de arquitetura de bibliotecas (sem prosseguimento).

Com base em documentos e entrevistas realizadas com consultores e membros do CTA, observou-se que coube à Secretária Executiva a iniciativa e a coordenação das funções de planejamento. Esse aspecto fica claro com o desdobramento do CTA em sub-comitês de trabalho e de assessoramento. E não poderia ser de outra forma, dada a periodicidade semestral das reuniões e a representatividade institucional variável de seus membros, à exceção do grupo de dirigentes de bibliotecas e consultores conforme se observou nas listas de comparecimento às reuniões efetuadas³.

Pode-se dizer que o CTA preencheu função mais política no sentido do envolvimento de pessoas e instituições, que, de alguma forma, poderiam representar algum "ganho" para o programa, como apoio, divulgação, intercâmbio, comunicação, interlocução, prestígio, etc..

As atividades de planejamento do PNBU foram mais efetivamente assumidas por consultores e por dois grupos de trabalho, que se reuniram para a formulação e a implementação de dois programas que envolveram a ação conjunta da Secretaria Executiva com representantes do CNPq e da FINEP: o PAP e o PET, os quais incluíram também a participação de alguns membros do CTA e consultores. As propostas para uma estrutura mínima de suporte ao programa, o encaminhamento do problema da central de processamento catalográfico, a avaliação do uso dos periódicos do PAP, o estudo e a proposta progra-

mática do curso de especialização para bibliotecários das instituições de ensino superior foram realizados por professores e mestrados da UnB e professores do Mestrado de Ciência da Informação da UFRJ/IBICT. Da mesma forma, outros estudos e propostas que formaram a coleção de documentos técnicos e de planejamento e os trabalhos apresentados nos V e VI SNBU caracterizaram a utilização da consultoria de alguns membros do CTA, dirigentes de bibliotecas centrais e pessoal de universidade.

Essa alternativa de trabalho decorreu da precariedade da infra-estrutura da Secretaria Executiva⁴, que, no decorrer do período não conseguiu estabelecer-se como órgão de terceiro escalão do MEC, de modo a montar uma equipe permanente de técnicos condizente com as exigências do PNBU²⁴. Esse foi um problema que limitou muito a operacionalização e a maior eficácia do programa.

Alvos de Atuação: Programas e Projetos

A análise do temário constante das atas³ das reuniões do CTA, efetuadas de 86 a 90, mostra que os assuntos mais persistentes se apresentaram desde o início do programa e, de forma dirigida ou orientada, como o Programa de Aquisição Planificada de Periódicos (PAP)^{7,11}, o Programa de Financiamento de Livros para Cursos de Graduação (BIBLOS)³⁵, o Programa de Estudos Técnicos, Pesquisas e Desenvolvimento de Recursos Humanos (PET)²⁶, e, de uma certa forma, a decisão de apoiar a Rede BIBLIODATA^{13,23}, a Central de Duplicatas da Biblioteca Complementar de Engenharia (BICENGE) (atual Banco de Duplicatas e Publicações Especializadas (BDPE))^{15,16,17} e o desenvolvimento do Curso de Especialização para Bibliotecários de Instituições de Ensino Superior (CEBIES)¹. Observou-se uma "abertura" maior com relação ao tema automação de bibliotecas, encaminhado, também, por iniciativas surgidas a partir das bibliotecas. O tema planejamento esteve associado a propostas de estudo, pesquisa, capacitação de recursos humanos e à consultoria técnica prestada a algumas bibliotecas universitárias. A temática relativa a usuários e serviços não foi tratada e, segundo Chastinet⁴, isso se deveu à prioridade dada pelo programa de atuar em nível de infra-estrutura.

Um dos aspectos interessantes na consolidação de programas, projetos e propostas pelo PNBUE foi a sua capacidade de abrigar e operacionalizar "continuidades", ou seja, propostas em gestação ou iniciativas em andamento no campo das bibliotecas universitárias em diferentes órgãos e instituições. Assim, a aquisição planejada de periódicos, que resultaria no PAP, era uma proposta que já merecera discussões no contexto do Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT), através da CAPES/IBICT e das agências de C&T interessadas em racionalizar a aplicação de recursos na aquisição de periódicos estrangeiros no âmbito das universidades. O Programa de Financiamento de Livros de Graduação (BIBLOS) iniciado em 1986 como parte do Programa Nova Universidade (PNU)³⁵, voltado para o reequipamento das bibliotecas universitárias, retoma mecanismo anterior e consagrado de distribuição de livros pelo MEC em forma de distribuição de recursos financeiro para compra de livros.. A rede BIBLIODATA³⁸ já vinha funcionando a "meio pano", desde 1982, através de uma cooperação iniciada entre a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Biblioteca Nacional (BN). Da mesma forma, a Central de Duplicatas era um empreendimento da antiga SESu, iniciado em 1980 dentro do projeto da Biblioteca Complementar de Engenharia (BICENGE), junto à Biblioteca do Centro Tecnológico/UFRJ e transferida em 1984 para a Escola Federal de Engenharia Elétrica de Itajubá (EFEI). Já o Programa de Estudos Técnicos, Pesquisas e Desenvolvimento de Recursos Humanos (PET) apresentou-se como uma iniciativa do CNPq em apoiar estudos técnicos e pesquisas na área de bibliotecas universitárias, com a aplicação de seus resultados ao desenvolvimento de recursos humanos através de cursos e seminários específicos. Na realidade, porém, o programa decorreu de uma colaboração de representantes do CNPq e da FINEP com a Secretaria Executiva no planejamento, financiamento e acompanhamento de estudos de interesse para as áreas de desenvolvimento das bibliotecas universitárias estabelecidas no PNBUE.

Tanto em relação aos alvos de atuação, como em relação à destinação ou clientela, o PNBUE pretendeu uma atuação globalizadora e abrangente.

Do ponto de vista da clientela, visou todas bibliotecas de universidades federais, estaduais, particulares, um universo de aproximadamente uma centena²² de entidades.

Muito mais do que fundar uma compreensividade do setor, essas colocações visavam atender a um requisito de planejamento assim apresentado por Chastinet⁶: "A formulação das diretrizes

políticas deve ser bastante geral, visando possibilitar a sua adoção por um número maior de instituições e minimizar a necessidade de revisões muito constantes".

Essa característica abrangente e globalizadora do programa, se, por um lado, permitiu-lhe a flexibilidade de propor, capturar, acolher e estimular programas e projetos dentro de um amplo espectro de interesses e estender seu atendimento a demandas específicas através do mecanismo de balcão, por outro lado, criou expectativas para uma clientela potencial que efetivamente não foram atendidas. Excluindo-se poucas bibliotecas universitárias estaduais e particulares atendidas pelo Programa de Aquisição Planificada de Periódicos (PAP) e pelo Curso de Especialização de Bibliotecários de Instituições de Ensino Superior (CEBIES), bem como 29 entidades não federais beneficiadas pelo BIBLOS em sua primeira fase, o programa privilegiou quase exclusivamente as bibliotecas das universidades federais e escolas federais, técnicas e isoladas de nível superior. Esse aspecto pode ser observado através das entidades beneficiárias da distribuição dos recursos para desenvolvimento de acervos, catalogação cooperativa, automação, como também através da procedência dos bibliotecários atendidos pelo programa de capacitação de recursos humanos. A constatação é reforçada por depoimentos de dirigentes de bibliotecas estaduais e particulares, expressando, possivelmente, opinião difundida em seus meios, de que o PNBUS não atingiu todo o universo das bibliotecas de instituições de ensino superior do país. Essa foi uma ambigüidade ao que parece assumida também a partir do discurso oficial e político do MEC, oscilante entre os sistemas público e privado de ensino e incapaz, até hoje, de resolver a questão independente de seus ministros de ocasião. Essa tradição de uso político do MEC cria constrangimentos para qualquer plano ou programa, mais do que em outros setores do governo.

Alocação de Recursos: Prioridades e Fontes

Os recursos alocados ao PNBUS foram da ordem de US\$ 7.533.254, no período de 1986-89. A participação do MEC, através de verbas do PIDE/SESu, CAPES e FNDE, foi da ordem de 84,15% ou US\$ 6.339.256. A FINEP concorreu com 12,05% ou US\$ 907.264 e o CNPq com 3,80% ou

US\$ 286.734. O quadro II ilustra a procedência dos recursos e sua aplicação aos programas e projetos instituídos ou apoiados pelo PNBu.

QUADRO II

Recursos Alocados aos Projetos por Fonte - 1986-89 (US\$)

PROJETOS	MEC			CNPq	FINEP	TOTAL
	SESu/PIDE	CAPES	FNDE			
Programa de Aquisição Plani- ficada de Periódicos/PAP	1.770.081 (23,5%)	-	1.329.642 (17,6%)	151.606 (2,0%)	555.786 (7,4%)	3.807.115 (50,5%)
BIBLOS	2.397.043 (31,8%)	-	453.927 (6,0%)	-	-	2.850.970 (37,8%)
Rede BIBLIODATA	189.196 (2,5%)	-	-	-	138.953 (1,8%)	328.149 (4,4%)
Central de Duplicatas/ BDPE	3.461 (0,05%)	1.561 (0,02%)	29.077 (0,4%)	-	22.722 (0,3%)	56.821 (0,8%)
Programa de Pesquisas, Estudos e Desenvolvi- mento de RH/PET	13.409 (0,2%)	36.915 (0,5%)	-	135.128 (1,8%)	15.757 (0,2%)	201.210 (2,7%)
Automação de Bibliotecas	114.943 (1,5%)	-	-	-	174.046 (2,3%)	288.989 (3,8%)
TOTAL	4.488.134 (59,6%)	38.476 (0,5%)	1.812.646 (24,0%)	286.734 (3,8%)	907.264 (12,0%)	7.533.254 (100,0%)

Fonte: Relatório I PNBu 1986-89

*PIDE: Programa Integrado de Desenvolvimento da Educação Superior

*FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Segundo Andrade², a tradução operacional eficaz da estratégia de planejamento requer um "carro-chefe", um núcleo dinâmico de metas que tenham efeito irradiador em outras áreas/alvos do planejamento.

Atentando para os padrões distributivos dos recursos, vê-se que a área de desenvolvimento de acervos, através do PAP e do BIBLOS, consumiu cerca de 88,30% ou US\$ 6.658.085 de todos os recursos alocados. O "carro chefe" da área e de todo PNBu foi inegavelmente o PAP. Através dele foram carregados pouco mais da metade de todos os recursos aplicados no PNBu, cerca de US\$ 3.807.115 para 56 bibliotecas de ensino superior, das quais 49 federais. Dessas, 15, juntamente com duas bibliotecas estaduais, duas particulares e as bibliotecas do CBPF e do IMPA (PAP/Cooperação) foram beneficiadas com 85,60% de todos os recursos do PAP. As demais em número de 35 (PAP/Desenvolvimento) receberam 14,40% dos recursos.

O MEC participou com 78,30%, a FINEP com 17,00% e o CNPq com 4,70% dos recursos do PAP/Cooperação. O PAP/Desenvolvimento foi todo custeado pelo MEC.

Junto com os projetos de desenvolvimento de acervos pode ser colocado o apoio à Central de Duplicatas (BDPE), que recebeu um aporte de US\$ 56.821, 60,00% através do MEC (PIDE/SESu, CAPES, FNDE) e 40,00% da FINEP.

A área de automação de processamento técnico e de biblioteca recebeu US\$ 617.138, respondendo a FINEP por 50,70% dos recursos aplicados e o PIDE/SESu por 49,30%.

A área de planejamento e processamento técnico, representada pelo programa de estudos técnicos, pesquisas e capacitação de recursos humanos, recebeu US\$ 201.210 dos quais, 23,70% alocados através do PIDE/SESu e da CAPES aos cursos de especialização e de ACR II e 76,30% a pesquisas, estudos técnicos e seminários de acompanhamento e avaliação, 88,00% bancados pelo CNPq e 22,00% pela FINEP.

A área de atividades cooperativas ficou de uma certa forma embutida nas demais áreas, através dos projetos de aquisição planejada de periódicos, de catalogação cooperativa e da central de duplicatas.

O programa teve seus recursos declinantes no decorrer do período, mais de 12,00%. O ano de 1986 foi o que distribuiu mais recursos, 32,50%, e o de 1988 o que distribuiu menos, 18,70%, como se vê no quadro III na página seguinte.

QUADRO III

Recursos Alocados Anualmente aos Projetos, 1986-89 (US\$)

PROJETOS	ANOS				TOTAL
	1986	1987	1988	1989	
Programa de Aquisição Planejada de Periódicos/PAP	1.253.106 (16,6%)	875.453 (11,6%)	791.589 (10,5%)	886.967 (11,8%)	3.807.115 (50,5%)
BIBLOS	1.198.521 (15,9%)	1.198.521 (15,9%)	60.487 (0,8%)	393.440 (5,2%)	2.850.970 (37,8%)
Rede BIBLIODATA	-	69.462 (1,0%)	167.173 (2,2%)	91.514 (1,2%)	328.149 (4,4%)
Central de Duplicatas/ BDPE	-	7.238 (0,1%)	34.099 (0,5%)	15.484 (0,2%)	56.821 (0,8%)
Programa de Pesquisas, Estudos e Desenvolvimento de RH/PET	-	6.749 (0,07%)	62.649 (0,8%)	131.812 (1,8%)	201.210 (2,7%)
Automação de Bibliotecas	-	-	288.989 (3,8%)	-	288.898 (3,8%)
TOTAL	2.451.627 (32,5%)	2.157.423 (28,6%)	1.404.986 (18,7%)	1.519.218 (20,2%)	7.533.254 (100,0%)

Fonte: Relatório I PNB - 1986-89

Segundo Chastinet⁴, a falta de dotação orçamentária própria ameaçou constantemente o PNB, já que provinha do MEC a maior parte dos recursos.

O controle sobre o orçamento é decisivo para a sorte de um plano. Se esse conseguir ter suas prioridades traduzidas nas alocações anuais do orçamento, está salvo. Caso contrário, o plano poderá se converter em peça de retórica².

A vulnerabilidade do PNB de não ter orçamento próprio durante o período foi contrabalançada pelo empenho pessoal de sua coordenação e da administração superior do MEC. Porém, como se verá mais adiante, foi decisiva também para sua desativação tão logo ocorreu a mudança de governo.

Articulação e Liderança

"Planejar é antes de mais nada, coordenar, ligar, articular e conjugar esforços e recursos dos múltiplos agentes que compõem o setor público. Isto, contudo, não é tarefa simples. Muitos desses agentes têm metas, objetivos, clientelas próprias, e, podem, por isso mesmo, resistir às tentativas de "enquadramento" necessárias para uma ação concertada de planejamento. Além disso, algumas organizações são dinâmicas, enquanto outras são entidades lerdas, rigidificadas, rotinizadas² .

As atividades de planejamento do PNBu implicaram em intensa atividade de articulação e coordenação nos níveis administrativo, político e técnico com diferentes organizações. À exceção de algumas entidades e instituições, o ambiente de atuação do programa, a começar do próprio MEC, instituições de ensino e bibliotecas, pode ser caracterizado como "organizações lerdas, rigidificadas e rotinizadas". Esse aspecto foi percebido nas dificuldades de atingir determinados objetivos relacionados à normalização, à cooperação, e à "ação concertada" entre as universidades e suas bibliotecas.

Por outro lado, a par do discurso "cooperativo técnico-profissional", observou-se por parte das instituições e bibliotecas um centramento muito grande em seus interesses estritos, traduzidos em sempre conseguir mais verbas do governo e em formas de atuação política individualista e corporativa. Isso é compreensível em ambiente de escassez de recursos governamentais e de níveis diferenciados de desenvolvimento das instituições de ensino superior e de condições de cultura local.

O trabalho conjunto entre as agências de fomento em Ciência e Tecnologia, particularmente o CNPq e a FINEP e, em parte, a CAPES, foi favorecido pela experiência então recém-consolidada dos representantes dessas agências e da SESu no planejamento do Programa de Informação em Ciência e Tecnologia do PADCT I³², transferida para o PNBu. Essa atuação coordenada ocorreu em nível de concepção, acompanhamento e avaliação dos programas e projetos, particularmente, nos programas PAP e PET. A atuação SESu/FINEP também ocorreu em condições semelhantes nos projetos de catalogação cooperativa, intercâmbio de duplicatas e automação de bibliotecas.

As articulações junto à administração superior do MEC: SESu, Secretaria Geral (SG), Ministro da Educação foram fundamentais para a implementação do plano nos seus aspectos de formalização,

suporte junto às administrações das universidades, provisão de verbas para os programas e sua liberação. O PNBu contou com verbas do PIDE consignadas à SESu nos seus primeiros dois anos, tendo, porém, que consegui-las, nos anos subsequentes, através da canalização de recursos do FNDE, dependentes de autorizações do Ministro e de órgãos administrativos diretamente subordinados a ele.

As articulações com dirigentes de bibliotecas centrais, setoriais e de instituições isoladas decorreram das tentativas de organizar representações por regiões e tipos de bibliotecas, objetivando estabelecer uma rede de comunicação e de suporte às ações do PNBu e durante a efetivação dos programas, projetos e solicitações. Da mesma forma, por ocasião, principalmente, da implantação do PAP, foram estabelecidas ligações importantes com a administração superior das principais universidades brasileiras através de seus reitores e pró-reitores. Essas ligações foram significativas para o fortalecimento das relações das bibliotecas com as administrações universitárias.

A implementação do programa de catalogação cooperativa fez com que fossem realizadas articulações com a direção da Fundação Getúlio Vargas e de seu Centro de Processamento de Dados, responsável pela rede BIBLIODATA e a base de dados bibliográficos CALCO, no sentido da reorganização da rede, da alimentação da base e da implementação de condições técnicas compatíveis com a expansão do sistema. Disso decorreu uma consonância muito grande de atuação da direção do PNBu com a direção do Centro²³.

Outra área de coordenação importante foi a dos especialistas/consultores, mobilizados para colaborar nas atividades de planejamento da direção das bibliotecas da UNICAMP, UFRGS, UFMG, dos cursos de mestrado da UnB, da UFRJ/IBICT, dos centros de informação especializados como BIREME, CIN. Também, dentro das necessidades do programa, foram estabelecidas relações menos permanentes com órgãos de atuação importante na área de bibliotecas e informações como o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), a Biblioteca Nacional (BN) e associações como Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e a Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários (FEBAB).

Essa articulação, grandemente apoiada no exercício e na mobilização de lideranças, é um dos aspectos mais notáveis no processo de implantação e implementação do programa. Segundo diferentes

depoimentos, ele se deveu ao empenho de um grupo qualificado de profissionais (dirigentes de bibliotecas universitárias, professores universitários e tecnoburocratas), liderados por Yone Chastinet, profissional com larga experiência em planejamento, desenvolvida a partir da criação e da direção técnica da Biblioteca Nacional de Agricultura (BINAGRI), até a direção do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Há que se considerar aqui o problema da integração da biblioteca e dos serviços de informação e documentação no contexto histórico e cultural do país. Já foi apontado por diversos estudiosos o quanto as vertentes colonial, católica e escravocrata contribuíram para reprimir a instrução dos cidadãos, o acesso e a democratização do conhecimento no Brasil, com a conseqüente desvalorização das manifestações de cultura superior e das instituições e práticas a elas associadas. A institucionalização dos serviços bibliotecários e de informação não encontraram matriz cultural favorável sobre a qual deitar raízes. A tradição de lideranças marcantes na implantação de sistemas e serviços é, ainda, uma constante na área, funcionando como contrapartida a uma espécie de vácuo institucional a que as atividades de informação e documentação estão relegadas.

O carisma segundo Max Weber refere-se a "qualidade extraordinária" de uma pessoa, independente do fato de ser real, alegada ou presumida. Está associado à liderança capaz de expressar carências coletivas e mobilizar pessoas e recursos para solucioná-las independente e, muitas vezes, à margem do enquadramento institucional. Entretanto, pode iniciar a instituição, ou seja, a adoção e a sanção coletiva de novas práticas sociais e valores. A liderança é um fenômeno importante e necessário aos empreendimentos humanos, porém há que se seguir ou ser concomitante o processo institucional que assegura a permanência do empreendimento.

O PNBUC funcionou na base da liderança forte, mas a ela não foi concomitante, nem se seguiu a institucionalização necessária à continuidade do processo de planejamento do desenvolvimento das bibliotecas universitárias. Isso foi percebido e demandado pelos profissionais mais envolvidos no programa, porém sua institucionalização foi protelada pela administração superior do MEC, e, quando ocorreu, foi em termos meramente formais/legais ao final do governo Sarney. A esse respeito há uma observação de Silva e Pedone⁴⁷ que ilustra bem o que foi dito anteriormente a respeito da dificuldade de certas demandas

ou carências se institucionalizarem. São as chamadas "não questões", ou seja, problemas que têm "legitimidade", consenso de que merecem ser solucionados, mas são cronicamente protelados. A questão biblioteca universitária é "legítima", porém sempre procrastinada. Assim, mantém-se como uma fala, que não se encarna na extensão necessária à organização eficiente dos recursos e dos serviços de informação, resultando em descontinuidades, intermitências, demoras e desperdícios.

Controle, Avaliação e Documentação

Quanto aos aspectos de controle e avaliação, o programa empenhou-se na coleta de dados dos programas diretamente ligados à sua coordenação como o PAP, BIBLOS, CEBIES e PET. Com relação ao PAP, a Secretaria Executiva chegou a iniciar a montagem do seu controle por computador que, devido a deficiências internas dos serviços de estatística e do setor de computação do MEC, não pôde ser efetivado. Também não houve condições para realizar agregações e análises de todos os dados colhidos no decorrer do programa. O sistema de acompanhamento adotado utilizou a análise de relatórios enviados pelas entidades participantes dos programas. Foram utilizadas também avaliações feitas por consultores para o PAP^{19,39} e os CEBIES²⁰, cujos resultados foram divulgados. A Secretaria Executiva realizou avaliações próprias^{5,29} e produziu relatórios e programas de trabalho. Foram realizadas reuniões para discussão e avaliação do andamento e resultados dos projetos do PET⁶.

Além das atividades de controle e acompanhamento e das avaliações, observou-se preocupação muito grande com a documentação de todas as atividades executadas no âmbito do programa.

Parte da documentação foi reunida em 3 séries: Documentos Técnicos, Documentos de Planejamento e Documentos do PET, como está no quadro IV na página seguinte:

QUADRO IV

Documentos Gerados no Âmbito do PNB 1986-90

ANO	TIPOS/ASSUNTOS		
	Técnico (DOC-TEC)	Planejamento (DOC - PLAN)	Pesquisa (DOC - PET)
1986	1. Orientação para Aquisição de Material Bibliográfico; 2. Impacto da Implementação do PAP;	1. Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias - PNB; 2. Sugestões das Bibliotecas para Implementação do PNB; 3. Programa de Aquisição Planificada de Periódicos - PAP; 4. Estrutura mínima para o Programa;	
1987	3. Catálogo de Periódicos do PAP; 4. Manual de Referência do PAP; 5. Dados sobre o Sistema de Bibliotecas;	5. Recomendações da Comunidade para o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento de RH; 6. Projetos Prioritários para a Implantação do PNB em 1988; 7. Programa de Pesquisas, Estudos Técnicos e Desenvolvimento de RH - PET;	
1988	6. Diagnóstico das Bibliotecas; 7. Relatório de Acompanhamento do PAP; 8. Relatório de Acompanhamento e Avaliação do 1º ano do PAP; 9. Bibliotecas das Instituições Federais de Ensino;	8. Estudo da Demanda de Periódicos do PAP; 9. Projeto de Recuperação de Acervos através da Solução Fiscal; 10. Projeto BIBLOS de Distribuição de Livros das Editoras Universitárias;	
1989	10. Guia de Softwares de Automação de Bibliotecas; 11. Estudo da Demanda de Periódicos do PAP; 12. Participação da Comunidade na Implantação do PNB; 13. Manual de Entrada de Dados - Formato CALCO;	11. Apoio ao Fortalecimento da Rede BIBLIODATA;	1. Tesouro em Engenharia Civil; 2. Manual de Elaboração de Tesouros monolíngues; 3. Relatório de Viagem para Estudo do Empréstimo entre Bibliotecas nos EUA; 4. Avaliação dos Processos de Automação das Bibliotecas Universitárias; 5. Avaliação da Lista Básica de Periódicos do PAP - 1º Relatório;
1990	14. Análise dos Resultados dos Cursos de Especialização - CEBIES; 15. A Criação do PROBIB e a implementação do PNB: 1986-89; 16. Plano para Conversão Retrospectiva.	12. BIBLOS - Programa de Recuperação do Acervo de Livros das Bibliotecas - 1ª Fase; 13. Proposta de Trabalho para 1990 - 1ª Versão; 14. Programa Nacional de Bibliotecas de Ensino Superior - PROBIB; 15. Proposta de Trabalho para 1990 - 2ª Versão; 16. Programa de Aquisição Planificada de Periódicos - PAP / Cooperação, 1990-94; 17. Programa de Aquisição Planificada de Periódicos - PAP / Desenvolvimento,	6. Análise de Rotinas e Dados para Automação de Bibliotecas Universitárias; 7. Análise de Modelos Organizacionais das Bibliotecas Universitárias; 8. Análise de Modelos Alternativos de Empréstimo entre Bibliotecas; 9. Rotinas para Aquisição de Material Bibliográfico.

O programa, além das reuniões e seminários de avaliação e acompanhamento e da divulgação dos documentos de planejamento, estudos técnicos e pesquisas, cooptou fortemente o SNBU, trans-

formando-o em forum do programa, utilizando-o para antecipar temáticas, discutir problemas, divulgar resultados do programa, estudos e avaliações efetuadas, objetivando a difusão de conceitos e de metodologias. Pode-se dizer que o temário do V e VI SNBU¹ foi organizado em torno dos interesses do programa.

PROBIB: A Institucionalização Que Não Ocorreu

O PNBUS se "institucionalizou" em termos formais/legais no início de 1990, através do decreto nº 98.964, de 16/02/90, publicado no Diário oficial, em 19/02/90, que instituiu o Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior (PROBIB) e aprovou seu regimento³¹. Os objetivos do PROBIB expressos no decreto foram:

- a) contribuir para a atualização dos acervos bibliográficos;
- b) promover o desenvolvimento e a utilização de padrões, metodologias e técnicas modernas de tratamento dos documentos, de maneira a assegurar o intercâmbio de dados e ações cooperativas entre as instituições de ensino superior e da pesquisa;
- c) assegurar o uso compartilhado dos recursos disponíveis, através de mecanismos específicos e redes que interliguem as Bibliotecas das instituições de ensino superior e de pesquisa.
- d) promover a melhoria dos serviços de informação prestados aos usuários, assegurando o acesso à informação nacional e internacional;
- e) promover a capacitação do pessoal técnico e científico das bibliotecas e programas de orientação para os usuários no que se refere ao uso de fontes de informação.

O PROBIB teria suas metas definidas pelo Ministro da Educação, dentro dos objetivos do decreto, ficando sua coordenação a cargo da SESu. Teria suas despesas consignadas no orçamento do MEC.

As diretrizes do PROBIB foram distribuídas dentro da mesma estrutura de áreas de desenvolvimento do PNBUS, porém aumentadas de 12 para 16, enfatizando a área de usuários e serviços.

Analisando-se as diretrizes do PROBIB, observa-se que elas reproduzem em parte as do PNB, com modificações e acréscimos. Essas mudanças se fizeram em dois sentidos. No da particularização das ações, quando define apoios explícitos ao BIBLIODATA e ao BDPE, o conteúdo do treinamento de recursos humanos (implantação e avaliação de serviços, adoção de informática documentária e automação de bibliotecas), a adoção de *softwares* integrados com formato e linguagem LINCE, a atualização das listas de periódicos PAP, etc.; e, no sentido da ampliação e inclusão de novas orientações programáticas, mais definidas quanto à modernização dos procedimentos e à implantação de serviços e sistemas de informação e documentação para os usuários da comunidade acadêmica, pacotes instrucionais de educação dos usuários, aplicação de metodologias de levantamento de custos de serviços, compartilhamento de recursos informacionais, etc.. O PROBIB, sob certo aspecto, evoluiu em relação ao PNB no sentido de focalizar mais a biblioteca como base para o desenvolvimento de serviços e sistemas de informação e documentação modernos nas universidades.

Entretanto, todo esse esforço por assim dizer de "legalização" não resultou na institucionalização do PROBIB no âmbito do MEC/SENESU. O conceito de instituição e institucional refere-se a valores e práticas sancionadas socialmente, aos quais correspondem estruturas organizacionais mais permanentes.

Segundo Andrade², "planos de tipo setorial, com objetivos muito restritos por sua parte, ignoram externalidades, *trade-offs* com outros objetivos também relevantes. Neles se pressupõe que os instrumentos de ação estão suficientemente abrangidos dentro do "setor" governamental encarregado da política. Porém, decisões de outros "setores" podem ter impacto mais forte que as comandadas diretamente, anulando os efeitos da política aí estabelecida e implementada".

Com base nessas reflexões, é de se supor que, além do processo devastador e desprovido de critérios de desmonte da máquina governamental, empreendido de sopetão aos primeiros dias do governo Collor por sua Secretaria de Administração, inexistiram condições para a manutenção do programa, "legalizado" tardiamente em situação de extrema vulnerabilidade, própria das iniciativas em épocas de transição dos governos no país. O fato é que o programa foi desativado dentro da SENESU⁶, transformando-se no Serviço de Desenvolvimento de Bibliotecas das Instituições Federais de Ensino Superior

(SDBib), órgão de quinto escalão do MEC. Embora ainda se utilize da sigla PROBIB, a posição hierárquica e as condições de grande limitação de pessoal e de recursos não credenciam o SDBib à uma efetiva coordenação das atividades de planejamento do setor de bibliotecas universitárias previstas no PNB/PROBIB.

Efetivação das Ações e Resultados

Segundo Chastinet⁴, no período de 1986-89, 11 das 12 diretrizes tiveram sua implementação iniciada através da realização total ou parcial de 31 das 46 ações previstas pelo PNB, o que coincide com as observações realizadas.

A mesma autora considerou que o programa teria levado a algumas conclusões e consequências, como:

- a) consolidação do entendimento da "questão biblioteca" no cenário nacional;
- b) viabilidade da ação coordenadora do MEC na promoção do desenvolvimento das bibliotecas universitárias;
- c) necessidade de estabelecer mecanismos formais e regulares de atuação junto à direção das universidades;
- d) abertura de espaço para a ação conjunta de pesquisadores/docentes da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação e profissionais responsáveis pela gerência das bibliotecas universitárias;
- e) demonstração de que o desenvolvimento das bibliotecas universitárias repousa no trabalho cooperativo e em mecanismos de intercâmbio;
- f) possibilidade de configuração de um Sistema Nacional de Bibliotecas de Ensino Superior.

Embora não seja objetivo da avaliação comparar as propostas de ação com as ações efetivamente realizadas, considerou-se útil informar a respeito desse tópico. O quadro V mostra as 46 ações programadas e o seu grau de efetivação total, parcial e nulo.